

**CAPÍTULO 09****EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL:
convergências, contradições e desafios contemporâneos****Gisele Garzon Alves**

Mestranda em Educação Inclusiva – UNESP

gisele.garzon@unesp.br

<http://lattes.cnpq.br/3392880011834158>**Kellermann dos Santos**

Mestrando em Educação Inclusiva – UNESP

kellermann.santos@unesp.br

<http://lattes.cnpq.br/5347261126641284>**Tatiana Silva Sousa**

Mestranda em Educação Inclusiva – UNESP

tatiana.sousa@unesp.br

<http://lattes.cnpq.br/4750097836366017>

DOI -

Resumo

O estudo tem por pressuposto analisar as convergências e contradições entre Educação Inclusiva e Educação Especial no contexto brasileiro, evidenciando desafios contemporâneos relacionados às políticas públicas, à organização escolar e à formação docente, à luz das contribuições de Camargo, Kassar, Rebelo e Reis. Justifica-se que apesar dos avanços legais e conceituais, persistem tensões entre o discurso político da inclusão e a prática pedagógica cotidiana, revelando fragilidades na materialização de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos. Torna-se necessário aprofundar o debate crítico para evitar que a inclusão se reduza a um enunciado normativo desvinculado das condições reais da escola. A metodologia utilizada teve por uso da pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica de produções acadêmicas e documentos legais referentes à Educação Inclusiva e à Educação Especial no Brasil. A investigação dialoga com abordagens históricas, políticas e pedagógicas, enfatizando a formação docente e o ensino colaborativo como eixos estruturantes. Conclui-se que a consolidação de uma escola inclusiva exige a superação de modelos segregadores e tecnicistas, a articulação entre Educação Especial e ensino regular, a reformulação curricular e o fortalecimento de políticas públicas de formação inicial e continuada. A prática do coensino e o compromisso ético-político dos profissionais da educação revelam-se caminhos



fundamentais para promover equidade, participação e aprendizagem para todos, reafirmando a diversidade como princípio constitutivo da escola democrática.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Educação Especial; Formação Docente; Coensino; Políticas Públicas.

Introdução

A articulação entre Educação Inclusiva e Educação especial tem sido ainda uma das temáticas sobre a inclusão escolar na atualidade e nas obras de Camargo (2017) e Kassar & Rebelo trazem elementos reflexivos e bibliográficos que aprofundam a compreensão da temática, traçando rumos políticos, educacionais e pedagógicos para fortalecer a reflexão das contradições que ainda permeia as práticas inclusivas em nosso país. É necessário compreender também que mesmo diante das contradições e dos desafios estruturais e conceituais que perpassam as situações de escola, ainda o objetivo é manter uma unidade escolar inclusiva em sua totalidade. É interessante ainda refletir sobre a temática presente no artigo de Camargo (2017) “Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces”, pois durante a realização de uma leitura numa dimensão mais crítica compreende-se que o processo de inclusão escolar ao longo desse período ainda existe uma relação tensa entre o que se propõe enquanto discurso político educacional e entre a própria prática pedagógica enfrentada diariamente. É por meio dessa tensão que Camargo (2017) constrói uma articulação entre a conceitualização da inclusão social e a educacional e finaliza que para a segunda existir é necessário que a primeira realmente aconteça. O mais importante nesta relação articulatória o papel da escola é construir também um PPP (Projeto Político Pedagógico) que garanta também constitucionalmente a democratização do acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem dos estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, raciais, culturais...é uma educação para o sucesso de todos.

Compreender o que venha ser a educação inclusiva ainda é um grande desafio no meio educacional e no próprio sistema educacional, logo Camargo (2017) diz que muitas vezes esses debates escondem os conflitos reais da escola, mas ressalta ainda que os avanços ao longo desse período histórico contemporâneo são significativos



mesmo diante de tantos desafios de educação “para todos” e para que sempre se fortaleça é necessário que realmente ocorra uma profunda transformação de currículo, de organização e principalmente de atitudes, pois sem políticas públicas realmente articuladas para formar adequadamente os professores na inicial e na continuada e um financiamento público que atenda verdadeiramente as necessidades de escola a educação inclusiva sempre correrá risco de ser apenas mais um termo sem sentido.

É sobre esse olhar de compreender a relevância de educação inclusiva que Camargo (2017) realiza um “enlace” entre Educação Especial e a Educação Inclusiva, mesmo compreendendo que Educação Especial está prevista na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394-96 no qual descreve ser transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, ainda é tratado de forma isolada e discriminada. Na compreensão de Camargo só é possível construir uma lógica de “enlaces” entre os dois tipos de educação se ocorrer mais práticas pedagógicas e reconhecer que o apoio de profissionais especializados é fundamental para que não ocorra os “desenlaces”, ou seja, uma exclusão dentro da ideia e objetivo de inclusão.

Analisando ainda sobre a perspectiva histórica e conceitual sobre a Educação Especial e Inclusiva, na obra “Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI” das autoras Kassar e Rebelo apresentam as transformações ocorridas ao longo desse período em nosso país, principalmente nas políticas públicas e nas teorias do conhecimento para fortalecer práticas pedagógicas para estudantes com diferentes deficiências e necessidades educativa da própria deficiência.

Kassar e Rebelo (2011) analisaram que durante o século XX e XXI a educação especial teve três grandes abordagens, sendo a médica, a psicopedagógica e a sócio-histórica. E ao colaborar com tais fundamentos argumentam que na relação médica a deficiência era enxergada como um problema subjetivo, possível de diagnóstico e de tratamento e que a escola para alunos especiais era a única opção para atendimento, sendo que nessa perspectiva que se promovia um modelo social mais segregador. No aspecto psicopedagógico que fica mais evidente durante a década de 1970 centraliza-se a ideia de “deficit de conhecimento” e inicia a junção de psicologia e pedagogia para buscar uma compreensão de um ensino para alunos que serão denominados “com



necessidades especiais” e é por esse caminho que se perpetua por muito tempo.

Já na compreensão sócio-histórica, que teve grande influência dos pesquisadores, estudiosos e críticos educacionais e que também faziam parte de movimentos sociais em defesa por uma educação especial voltada como característica de direitos humanos que trouxe uma nova concepção sobre a relevância da educação especial para uma prática de educação inclusiva e por essa luta que durante a década de 1990 e início dos anos 2000 que integram a educação nacional a Declaração de Salamanca (1994) e a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Contudo, as autoras também refletem que ainda é um grande desafio fortalecer a educação especial numa perspectiva inclusiva educacional, além dos problemas que a escola ainda possui na forma precária do trabalho docente, nas ausências de políticas públicas que garantam que setores funcionem de fato a fim de garantir a inclusão. As autoras ainda dizem que “Sistema educacionais inclusivos refere-se a um sistema educacional formado de escolas que comportem toda e qualquer criança...” e que isso ainda não está de fato acontecendo.

Mesmo analisando as críticas realizadas nas obras a inclusão ainda é uma grande preocupação e o objetivos dos autores é fazer com que seja repensada a prática da educação inclusiva e para que isso ocorra é necessário repensar como a escola funciona, como se organiza o currículo, qual o papel da escola inclusiva e da educação especial, que a escola seja mais flexível, aberta a escuta, ao diálogo, que crie alternativas que respeite a diversidade e a subjetividades dos estudantes, mas também só ocorrerá de fato esses apontamentos se ao menos pensar na ponta e que faz toda essa engrenagem funcionar na plena formação do “professor” e de todos os “profissionais da educação”.

O caminho é garantir que a escola seja cada dia mais democrática, sensível as realidades e plural no aprender.



Desenvolvimento

Diante da complexidade da diversidade escolar, os professores precisam ser formados não para "lidar com o diferente", mas para atuar com o diferente, reconhecendo a pluralidade como constitutiva do processo educativo. (Reis, 2016).

A autora Marlene Barbosa de Freitas Reis sobre a temática "Diversidade e Inclusão: desafios emergentes na formação docente" nos revela uma discussão sadia acerca da formação de docentes consolidada nos princípios da Educação Inclusiva, além de discutir tais princípios nos faz refletir as problemáticas da falta de práticas pedagógicas inclusivas e de políticas educacionais que atendam tal lógica, uma vez que ainda é realidade o processo excludente nos ambientes escolares.

É relevante compreender esse convite reflexivo, crítico e ético da autora entre a formação docente e os desafios inclusivos dentro da escola, permeia o artigo o ensino colaborativo, também conhecido como co-ensino, sendo essa uma possibilidade mais concreta de transformação da realidade pedagógica diária tendo por objetivo mais participação nas atividades pedagógicas, fazendo mais sentido de pertencimento a realidade escolar, logo trazendo a luz um dos pilares da função social da escola que é a equidade.

A centralidade da pesquisa da autora sendo a relevância de se ter uma formação adequada para educação inclusiva, sugere que os desafios ainda são enormes diante da realidade diversa na contemporaneidade, pois a diversidade nas salas de aulas está muito mais presente e diante dessa realidade só se organizam práticas inclusivas se de fato houver um ensino colaborativo.

As inquietações sobre a temática no artigo faz com que Reis tente buscar respostas sobre o preparo dos professores, uma vez que muitos ainda possuem práticas discursivas e reais de exclusão e capacitistas, logo o objetivo é fazer com que a docência esteja preparada para a escola diversa, por isso a autora reflete que quando há um olhar atento do próprio docente sobre a sua prática as ações mudam, pois o profissional também deve buscar formação continuada para que novos saberes pedagógicos sejam construídos e consolidados, não dispensando a responsabilidade das políticas públicas em garantir também a formação inicial e contínua para todos os profissionais que



trabalham direta e indiretamente para atender com qualidade as realidades das escolas da atualidade.

Diante de um artigo tão rico em informações foi possível compreender durante a leitura que a metodologia utilizada para consolidar o estudo é qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, baseada em revisão bibliográfica e análise crítica de documentos legais, estudos e autores da área da Educação Inclusiva, tendo por objetivo revelar que a formação dos professores no país deve pautar-se sobre a ótica da diversidade e que deve haver a cultura colaborativa entre os profissionais da educação para enfrentar a desigualdade.

Um outro ponto de Reis durante o artigo revela que discursos sobre a temática inclusão na escola e as práticas durante formação inicial estão bem distantes ou praticamente não existem, uma vez que a base curricular universitária e as políticas públicas educacionais para formação continuada continuam centradas num formato tecnicista, sem articulação com a realidade da escola que é diversa e que precisa de um olhar para a pluralidade, respeitando assim o princípio dos direitos humanos.

Diante do aspecto da pluralidade escolar que se configura a necessidade de construir coletivamente práticas pedagógicas para um ensino colaborativo, pois só se há sucesso escolar se ocorrer atuação conjunta entre professores de sala regular e de educação especial, pois com planejamento e boas estratégias todos os alunos são contemplados, independentemente de deficiência, pois o objetivo é que os espaços formativos sejam momentos de diálogos, troca de saberes, por meio da escuta ativa e um compromisso real em atender com qualidade a escola que é para todos.

Os resultados discutidos no artigo, destacam-se pela necessidade de focar práticas inclusivas reais desde a formação docente inicial e garantir a continuidade de qualidade, assim como valorizar os momentos de escutas e de diálogos, pois somente o professor regente sabe a realidade que vive, ainda neste aspecto, Reis (2016) reforça que quando há formação adequada o docente muda a sua forma de ensinar, de avaliar e de compreender o discente como um ser humano em pleno desenvolvimento, pois a escola é um espaço para a boa convivência, para construir democracia do conhecimento e garantir a consciência crítica de sociedade.



Conclusão

Compreender a relevância da educação inclusiva sobre o olhar para a diversidade é reconhecer que devemos superar esse paradigma, pois diversidade não pode ser vista como exceção, mas sim como norma. Sendo esse um compromisso também ético e político, pois para haver a inclusão é necessário o compromisso do docente como um agente de transformação social, que estabeleça uma metodologia de coensino e que busque diariamente o fazer justiça para garantir a equidade dentro da escola.

Certo da leitura do artigo de Reis (2016) a contribuição da autora é repensar os modelos de formação, colocar em prática a diversidade como processo educacional pertinente a realidade escolar atual, haver um compromisso coletivo para boas práticas inclusivas articulando saberes para um ensino equitativo e colaborativo, pois as relações pedagógicas ampliam horizontes e abrem caminhos para todos que da escola necessitam

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Giovani Ferreira. **Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas.**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: **MEC/SEESP**, 2008.

CAMARGO, Eder Pires de Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Editorial Ciênc. educ.** Bauru, SP, v 23, n 1 Jan-Mar 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq>

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v.24, Edição Especial, p.51- 68, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/?format=pdf&lang=pt>

REIS, M. B. F. **Diversidade e Inclusão: desafios emergentes na formação docente.** REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura, v, 8, n, 1, 2016. P. 1-18.

